



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ

CONCURSO PÚBLICO 2025

TARDE

PROCURADOR LEGISLATIVO

PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

- Além deste Caderno de Questões contendo **1 (uma)** Peça Prático Profissional e **3 (três)** Questões Discursivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.
- A Peça Prático Profissional deverá ser respondida em até **120 (cento e vinte)** linhas.
- Cada Questão Discursiva deverá ser respondida em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco)** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o Caderno de Questões e qualquer tipo de anotação.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o Caderno de Questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Usar qualquer material de consulta diferente dos listados nos itens 10.1 e 10.1.1 do edital de convocação para a Prova Discursiva.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este Caderno de Questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Nas folhas de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- Caso tenha recebido Caderno de Questões com informações diferentes das impressas em suas folhas de textos definitivos, informe o fiscal imediatamente para o devido registro na ata da sala.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado nas folha de textos definitivos.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- O preenchimento das folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e **não será permitida** a substituição de folha de texto definitivo em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas o que for redigido nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Um grupo de vereadores apresentou uma proposta de alteração da Lei Orgânica do Município *Alfa*, de modo a disciplinar a sistemática a ser observada pelo Poder Executivo Municipal em relação às denominadas emendas parlamentares individuais impositivas. A proposta foi regularmente aprovada, daí resultando a promulgação, pela Mesa da Câmara Municipal de *Alfa*, da Emenda nº X.

De acordo com a Emenda nº X, as dotações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual, observado o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício financeiro anterior ao do encaminhamento do projeto, devem ser destinadas a ações e serviços públicos de saúde, sendo de execução orçamentária e financeira obrigatória.

A Emenda nº X ainda dispôs que a execução deve ocorrer dentro do exercício financeiro a que se refere a respectiva lei orçamentária anual, sendo vedado, para o cumprimento da referida execução orçamentária e financeira obrigatória, o cômputo de qualquer percentual de restos a pagar das programações orçamentárias.

A sistemática instituída no Município *Alfa* gerou intenso debate, sendo considerada constitucional por parte das forças políticas do Estado do Rio de Janeiro e inconstitucional por outra parte, debate este que se estendeu à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Com o objetivo de se posicionar em relação a essa temática, a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro solicitou que a Procuradoria Legislativa analisasse:

- a) a compatibilidade, ou não, da Emenda nº X com a Constituição da República;
- b) a possibilidade, ou não, de a Mesa deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, utilizando a Constituição da República como paradigma de confronto; e
- c) a necessidade, ou não, de a petição inicial ser subscreta por integrante da Procuradoria Legislativa.

Elabore parecer sobre a temática, dispensada a apresentação de relatório, abordando os pontos indicados e analisando os distintos aspectos afetos às emendas parlamentares individuais impositivas, que se mostrem compatíveis com a situação descrita.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

QUESTÃO DISCURSIVA 1

Você, na qualidade de Procurador Legislativo, foi instado a se manifestar sobre duas situações em curso, que demandam a atenção do Poder Legislativo do Estado *Alfa*.

Veja:

- i) A Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* publicou, em observância às formalidades constitucionais e legais, edital de concurso público visando ao preenchimento de 20 (vinte) cargos públicos de analista. Encerrado o certame, foram aprovados 20 (vinte) candidatos, sendo certo que a Casa Legislativa, de imediato, nomeou e empossou 10 (dez) novos servidores. Contudo, durante o prazo de validade do referido concurso público, constatou-se a superação do limite prudencial de gastos com pessoal, nos termos da Lei Complementar que regulamenta a referida temática. Houve, assim, de forma devidamente motivada, a superveniente extinção dos 10 (dez) cargos sobressalentes, oferecidos no edital do concurso público, gerando forte inconformismo e questionamentos por parte dos candidatos aprovados dentro do número de vagas.
- ii) Em razão de complexa e estrutural situação na segurança pública no Estado *Alfa*, há um planejamento em curso para se proceder à edição de lei estadual autorizando a contratação, por tempo determinado, de policiais penais, com o intuito de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Com base no cenário hipotético narrado, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz das disposições da Constituição Federal, da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal (STF) e do entendimento doutrinário prevalecente, dispensando-se a forma de parecer.

- a) **Conceitue e diferencie os institutos do provimento originário, do provimento derivado e do desprovimento, indicando três modalidades de provimento derivado e de desprovimento.**
- b) **Os 10 (dez) candidatos aprovados dentro do número de vagas no concurso público realizado pela Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* que ainda não foram convocados têm direito subjetivo à nomeação? Fundamente.**
- c) **Indique os requisitos que devem estar presentes para que o Poder Público efetive, em geral, contratações temporárias e aponte se a legislação planejada, caso venha a ser editada, estará de acordo com a ordem jurídica.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO DISCURSIVA 2

Considere o seguinte caso hipotético:

Durante a tramitação do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) na Assembleia Legislativa do Estado XYZ, parlamentares apresentaram diversas emendas, dentre as quais destacam-se:

- **Emenda nº 123:** destina R\$ 150 milhões para a ampliação e aquisição de equipamentos para diversos hospitais dos Municípios A, B e C, a serem executados pela Secretaria Estadual de Saúde.
- **Emenda nº 456:** estabelece que parte da arrecadação do ICMS será destinada a um fundo específico voltado ao pagamento de despesas administrativas do Poder Judiciário, em caráter automático e compulsório.
- **Emenda nº 789:** dispõe sobre o aumento da remuneração dos servidores públicos estaduais, promovendo o aumento de despesa não prevista no projeto original da LOA.

Diante das propostas, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa solicitou uma manifestação da Procuradoria Legislativa acerca da compatibilidade dessas emendas com o regime constitucional do orçamento público.

Para a análise, é preciso destacar que:

- O Art. 25 da Constituição do Estado XYZ dispõe: *“Art. 25: As emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão de execução obrigatória até o limite de 3% da receita corrente líquida do Estado do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, cabendo ao parlamentar indicar a destinação dos recursos”*.
- A Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado XYZ no exercício anterior ao do encaminhamento do projeto foi de R\$ 10 bilhões.

Com base na Constituição Federal e nos princípios do Direito Financeiro, analise:

A) o Art. 25 da Constituição Estadual e a Emenda Parlamentar nº 123.

B) a Emenda Parlamentar nº 456.

C) a Emenda Parlamentar nº 789.

Obs.: o(a) candidato(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO DISCURSIVA 3

A Assembleia Legislativa do estado *Alfa*, no último ano, analisou uma série de projetos de leis que tratavam do meio ambiente, pois entendeu que, observadas as peculiaridades regionais e a preponderância do interesse do estado *Alfa*, era necessário, a um só tempo, promover a segurança jurídica, fomentar atividades econômicas que gerassem emprego e renda e aumentassem a arrecadação tributária e, finalmente, garantir a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de maneira que fosse atendido o princípio do desenvolvimento sustentável.

Ao final do esforço legislativo, o Estado *Alfa* editou as seguintes leis estaduais:

- a) Lei X: dispõe que “Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas no Estado *Alfa* dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária (...)”;
- b) Lei Y: determina que “Fica proibida, no Estado *Alfa*, a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes, sem prejuízo do disposto em legislação Municipal, Estadual ou Federal”;
- c) Lei Z: estabelece normas sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras, dispondo: “As embarcações deverão contar com sistemas adequados para receber, selecionar e dispor seus próprios resíduos, que serão descartados somente em instalações terrestres”.

Observando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, discorra sobre a constitucionalidade das Leis X, Y e Z.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

Realização

